



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO
3ª Procuradoria de Contas

TC-3107.989.20-4
Fl. 1

Processo nº:	TC-3107.989.20-4
Prefeitura Municipal:	Igarapava
Prefeito (a):	José Ricardo Rodrigues Mattar
População estimada:	30.614
Exercício:	2020
Matéria:	Contas anuais

Em exame, nos termos do art. 71, inc. I, c/c art. 31, § 1º, ambos da Constituição Federal, art. 33, inc. XIII, da Constituição Estadual, e art. 2º, inc. II, da Lei Complementar Estadual 709/1993, prestação das contas municipais em epígrafe.

A partir das informações obtidas no curso do processo, consideram-se os resultados contidos no quadro abaixo:

SÍNTESE DO APURADO APÓS CONCLUÍDA A INSTRUÇÃO PROCESSUAL	
CONTROLE INTERNO	Regular
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Resultado no exercício	8,96%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Percentual de investimentos	6,40%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	Favorável ¹
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	Favorável
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	Sim ²
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Sim
ENCARGOS - Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	Sim
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	Sim
LRF - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	42,49%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o art. 42 da LRF?	Sim
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o art. 21, inciso II, da LRF?	Sim
ENSINO- Aplicação na Educação - artigo 212, CF (Limite mínimo de 25%)	26,25%
ENSINO- FUNDEB aplicado no magistério (Limite mínimo de 60%)	77,14%
ENSINO- Recursos FUNDEB aplicados no exercício	100%
ENSINO- Se diferida, a parcela residual (de até 5%) foi aplicada até 31.03 do exercício subsequente?	Prejudicado
SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	22,80%

Preliminarmente, ressalte-se que as contas da Municipalidade foram objeto de acompanhamento quadrimestral, com base no artigo 1º, § 1º, da Resolução nº 01/2012, cujas ocorrências de fiscalização foram anotadas nos relatórios anexados eletronicamente sob as

¹ Conforme consignado pela d. ATJ-Economia, o resultado financeiro positivo de R\$ 12.053.095,32 demonstra que o Município possui recursos disponíveis para liquidar as dívidas de curto prazo (movimentação 82.1, fl. 09).

² Conforme certificado pela DEPRE/TJSP (evento 47.18).



movimentações 15.21 (1º quadrimestre) e 35.14 (2º quadrimestre), objetivando oportunizar à Administração, dentro do próprio período, prevenção e correção dos rumos das ações que se apresentassem com tendências ao descumprimento dos objetivos estabelecidos.

Observada a adequação da instrução processual, respeitadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, o Ministério Público de Contas opina pelo prosseguimento do feito, com emissão de **PARECER PRÉVIO DESFAVORÁVEL**, com recomendações, uma vez que as Contas de Governo não se apresentaram dentro dos parâmetros legais e dos padrões esperados por esse egrégio Tribunal de Contas.

Acompanhando as conclusões da digna Assessoria Técnica, por sua área de Economia (movimentação 82.1), o Ministério Público de Contas considera que os presentes demonstrativos não se encontram em boa ordem, pugnando pela sua rejeição em especial pelo seguinte motivo:

1. **Item B.1.6** – falta de recolhimento das parcelas correspondentes ao período de março a dezembro do exercício em exame, relativas a aportes financeiros para equacionamento do déficit atuarial do Instituto de Previdência Municipal de Igarapava, no valor total de R\$ 6.148.557,50.

Quanto a esses aportes, cumpre notar que, ainda que tenha obtido superávit orçamentário de R\$ 9.024.793,98, montante superior aos valores devidos ao ente previdenciário, a Municipalidade optou por não regularizar os pagamentos no exercício em exame, celebrando acordo de parcelamento apenas em 05/02/2021 (movimentação 47.20).

Referido acordo, respaldado pela Lei Municipal nº 925, de 29 de dezembro de 2020 (movimentação 47.19), estabeleceu que os montantes dos aportes devidos fossem atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE e incidisse multa de 2% (dois por cento), “*acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento*”, conforme o art. 2º da supracitada lei.

Assim, tal procedimento vai de encontro à responsabilidade fiscal, com o grave e desnecessário pagamento de encargos financeiros decorrentes dos atrasos nos pagamentos, e transfere o ônus do pagamento de despesas do exercício para gestões futuras.

Impende, ademais, que a Administração adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 71, inc. IX, da Constituição Federal e art. 33, inc. X, da Constituição Estadual) e aprimore a gestão nos seguintes pontos:

1. **Itens A.2 e B.1.1** – aprimore as fases de planejamento e execução do orçamento, evitando elevados percentuais de alterações orçamentárias;



2. **Itens A.2, B.2, C.2, D.2, E.1, F.1 e G.3** – sane as diversas impropriedades apontadas pelo IEGM sob as perspectivas Planejamento, Fiscal, Educação, Saúde, Gestão Ambiental, Gestão de Proteção à Cidade e Tecnologia de Informação, garantindo maior efetividade aos serviços prestados pela Administração;
3. **Item B.1.5** – promova o correto registro contábil das dívidas de precatórios;
4. **Itens B.1.5 e G.2** – preste informações fidedignas ao sistema AUDESP;
5. **Item B.1.8.1** – promova a correta contabilização das despesas de pessoal, incluindo no correspondente cômputo os dispêndios com terceirizações profissionais que impliquem substituições de servidores;
6. **Item B.1.9** – exija que os ocupantes de cargos em comissão possuam nível de escolaridade compatível com o desempenho das atribuições de direção, chefia ou assessoramento;
7. **Item C.1** – implemente os serviços social e de psicologia educacional na rede pública escolar, nos termos da Lei nº 13.935/2019;
8. **Item H.1** – planeje adequadamente suas políticas públicas, visando o melhor atendimento à população e o atingimento das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; e
9. **Item H.3** – atenda às recomendações exaradas por essa E. Corte de Contas.

São Paulo, 13 de outubro de 2022.

JOSÉ MENDES NETO

Procurador do Ministério Público de Contas

/47